

# NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

TARDE

**CARGO 06:**

**TÉCNICO DE PROCURADORIA -  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



GOVERNO DO  
ESTADO DO PARÁ

FUNDAÇÃO  
CETAP

## INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 60 (sessenta) Questões Objetivas de Múltipla Escolha, numeradas de 01 a 60, em ordem sequencial, e o comando para elaboração da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** As respostas das Questões Objetivas de Múltipla Escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- 03** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 04** A Prova Discursiva deverá ser manuscrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- 05** A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- 06** O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e da Prova Discursiva é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- 07** Somente depois de decorridos 120 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova.
- 08** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 09** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

## ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte "frase mestra" de Dalai Lama:

**"Julgue seu sucesso pelas coisas que você teve que renunciar para conseguir."**

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

PROCURADORIA GERAL DO  
ESTADO DO PARÁ - PGE  
CONCURSO PÚBLICO C-209



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões.

**COMO SE SENTE UM ESTRANGEIRO?**

Estrangeiro é um conceito muito largo. Um sujeito que pode ser mil sujeitos. Eu não fui a mesma estrangeira na França que sou em Portugal. Assim como sei que um angolano, um francês ou um chinês em Portugal não se sentem da mesma forma que eu me sinto. Cada história é uma história, cada vivência é uma vivência.

Mas certos acontecimentos, eu acredito que sejam comuns. Há angústia pelas quais todos passamos, há medos compartilhados, prazeres que todos experimentamos, dúvidas que nos acompanham sempre, como as malas de rodinha e as saudades permanentes.

Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes. Para nossos conterrâneos somos os que foram embora, e para os que nos recebem seremos sempre os de fora. É como se não pertencêssemos verdadeiramente a nenhum dos dois lugares, somos estrangeiros onde vivemos e, num dado momento, também somos estrangeiros no país onde nascemos. E não é simples de se lidar com o sentimento que isso traz.

Ser estrangeiro é ter sempre uma estranha sensação de que estão nos fazendo favor de nos deixarem permanecer na nossa própria casa. Trabalhamos, pagamos as contas, temos documentos, amores, projetos, mas mesmo assim não parecerem ser tão donos das nossas vidas. Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.

Por outro lado, temos a contraditória riqueza de sentir que vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma. A sensação é boa e é ruim. Uma vida mais preenchida, dois países, duas bases, dois ninhos. Ao mesmo tempo, duas ausências, duas saudades, dois vazios.

É difícil ser estrangeiro. As dúvidas sempre pairarão a seu respeito, não importa quão fiável você seja. Se você tiver nascido no hemisfério sul, as dúvidas duplicam. Assim como suponho que não seja fácil ser português na França nem romeno na Alemanha. Estrangeiros são eternas hipóteses. Por que está aqui? O que quer aqui? O que veio buscar aqui?

Contudo há dias em que o país que nos acolhe é puro abraço e nossas certezas dão o ar da graça. Há dias em que querem saber da nossa história, elogiam nosso sotaque e nossa coragem, fazem com que a gente se sinta bem-vindo. E talvez seja isso o que mais importa: sentir-se bem vindo. Com o resto a gente vai lidando.

Ser estrangeiro é viver na corda bamba dos sentimentos, na saga eterna dos documentos, na incerteza dos olhares e nas graças dos abertos que compensam todo o resto.

E, no fundo, é boa a sensação de apresentar a música do Zambujo para os amigos de lá e da Liniker para os amigos daqui. É bom levar azeitona boa para lá e trazer palmito de açaí para cá. Ensinar minhas amigas brasileiras a falarem "pirosa" e as amigas portuguesas a falarem "periguete". É bom presentear meu sogro com um livro do Gregório Duvivier e meu pai com um do Ricardo Araújo Pereira. É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho. É bom carregar a alegria do samba e a emoção do fado no mesmo peito.

Ser estrangeiro dói, por mais confortável que a situação possa ser. Não, não é fácil. Mas vale a pena. Como dizia um simpático senhor português que mora nas minhas prateleiras desde que a alma não seja pequena. Que quer passar além do Bojador tem de passar além da dor. Aos poucos vamos aprendendo.

FONTE: MANUS, Ruth. In: Um Dia Vamos Rir de Tudo Isso, p. 181, 182.

**Questão 01**

Em "Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.", a alusão a Donald Trump, deve-se à:

A) liberação excessiva de vistos que aviltou o mercado de trabalho aos estrangeiros.  
 B) visionária postura do líder sobre o capital estrangeiro.  
 C) política restritiva à entrada de trabalhadores estrangeiros nos E. U.A.  
 D) simples opção estilística já que o nome do governante poderia ser trocado por Angela Merkel.

**Questão 02**

A perífrase "(...) simpático senhor português (...)" presente no parágrafo conclusivo identifica o escritor:

A) Camões.  
 B) Fernando Pessoa.  
 C) Machado de Assis.  
 D) Carlos Drummond de Andrade.

**Questão 03**

A sensação de pertencimento às duas culturas está assinalada no texto no aspecto lexical em:

A) "Zambujo" e "Liniker".  
 B) "pirosa" e "periguete".  
 C) "cachaça" e "vinho".  
 D) "samba" e "fado".

**Questão 04**

A marca textual que estabelece a vantagem de ser estrangeiro no parágrafo 5 é dada pela estrutura:

A) "contraditória".  
 B) "Por outro lado".  
 C) "apenas uma".  
 D) "vivemos".

**Questão 05**

Alternativa que não substitui com adequação semântica "os demais" na estrutura: "(...) vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma."

A) oriundos.  
 B) nativos.  
 C) patricios.  
 D) alóctone.

**Questão 06**

Sobre o excerto "Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes.", é inadequado afirmar que:

A) a concordância da frase é ideológica.  
 B) a acentuação gráfica de "raízes" deve-se a um hiato.  
 C) a posposição da palavra "certa" em relação à fragilidade altera o sentido.  
 D) o sentido denotativo de raízes identifica como pertencente à determinada região ou cultura.

**Questão 07**

A reescritura do excerto só obedece aos padrões da norma culta em:

A) Não, não é fácil, mas vale a pena.  
 B) É sorte, beber a melhor cachaça.  
 C) Ensinar, amigas brasileira, a falarem pirosa.  
 D) (...) não importa quão fiável tu seja.

Questão 08

Análise a partícula "se" e identifique a alternativa em que há falha na análise morfológica:

- A) "Se você tiver nascido no hemisfério sul, (...)" / (conjunção subordinativa condicional).
- B) Nunca sabemos se aparecerá um Trump (...) / (conjunção integrante).
- C) "Como se sente um estrangeiro?" / (partícula de realce).
- D) "(...) o que mais importa: sentir-se bem vindo." / (pronome reflexivo).

Questão 09

A autora apresenta uma afirmação paradoxal em:

- A) "A sensação é boa e é ruim."
- B) "Há angústia pelas quais todos passamos, (...)".
- C) "(...) pagamos as contas, (...)".
- D) "É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho."

Questão 10

As aspas no nono parágrafo assinalam:

- A) arcaísmos.
- B) palavras estrangeiras.
- C) termos de glórias.
- D) expressões de sentido irônico.



ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Questão 11

De acordo com o §1º e seus incisos do art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n.º 13.709/2018 e suas alterações), é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

- I- nos casos em que os dados forem acessíveis privativamente, observadas as disposições desta Lei;
- II- quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- III- na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades;
- IV- em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Estão corretas apenas as afirmações:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 12

Em atenção ao Programa de Integridade previsto no Decreto n.º 8.420/2018 e suas alterações, caso a pessoa jurídica presente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados no Capítulo IV, para a dosimetria das sanções a serem aplicadas. O programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros, exceto:

- A) análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade.
- B) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica.
- C) comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- D) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a alguns dos empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos.

Questão 13

Em relação às disposições gerais da Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, apenas não é correto afirmar:

- A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá ao Ministério Público iniciar inquérito para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Questão 14

"Quanto maior o relacionamento da empresa com a Administração Pública, maior o risco de corrupção (...) Nessa lógica, as empresas que contratam com o Poder Público deveriam preocupar-se em incluir, em seu programa de *compliance*, aspectos específicos relacionados à prevenção da corrupção, de acordo com os parâmetros da Lei n.º 12.846/2013 e suas regulamentações." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.305).

"*Compliance* vem do inglês *to comply with*, significando estar de acordo, cumprir com as leis e regulamentos estatais." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.13).

Com base nas considerações apresentadas e com fulcro no art. 7º da Lei n.º 12.846/2013 e suas alterações, pode-se afirmar que a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica serão levados em consideração:

- A) na aplicação das sanções.
- B) no inquérito penal.
- C) no efeito negativo produzido pela infração.
- D) no valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão lesado.

Questão 15

"Ao lado das normas jurídicas, porém, há outras normas que regulam a conduta dos homens entre si, isto é, normas sociais, e a ciência jurídica não é, portanto, a única disciplina dirigida ao conhecimento e à descrição de normas sociais. Essas outras normas sociais podem ser abrangidas sob a designação de Moral e a disciplina dirigida ao seu conhecimento e descrição

pode ser designada como Ética."(Fonte: KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. João Baptista Machado (trad.). 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 66). Sobre os conceitos de ética e moral, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- Existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade, delimitada por normas consentidas. A infração destas normas gera censura ou mesmo a exclusão daquele grupo determinado.

II- Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano.

III- Os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos: os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei, etc.) e os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, ética política, ética sexual, bioética, etc.). Na vida real, esses problemas tratados de diferentes pontos de vista pelas diferentes áreas do conhecimento humano, aparecem separadamente.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.  
B) Apenas a afirmativa II está correta.  
C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.  
D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.



**INFORMÁTICA**

**Questão 16**

O Windows 10 traz em seu pacote um(a) assistente virtual que é controlado(a) através de comandos de voz. Esse(a) assistente da Microsoft é conhecido(a) como:

- A) Alexa.  
B) Siri.  
C) Cortana.  
D) Assistant.

**Questão 17**

Com relação à organização e o gerenciamento de informações em sistema operacional Windows 10, marque a alternativa verdadeira:

- A) Não é possível criar subpastas a partir da pasta Downloads.  
B) Arquivos podem ser organizados de forma alfabética somente se forem do mesmo tipo.  
C) Uma pasta ou arquivo pode ser excluído sem obrigatoriamente passar pela Lixeira.  
D) O nome dado a um arquivo mesmo somado ao caminho do arquivo (nomes de pasta e subpastas) pode ter tamanho infinito.

**Questão 18**

As células em uma planilha do aplicativo "Calc" (LibreOffice) possuem os seguintes valores: A1 = -10; A2 = 60. A fórmula "=MÉDIA(ABS(A1);ABS(A2))" retornará o valor:

- A) 25.  
B) 35.  
C) 60.  
D) 0 (zero).

**Questão 19**

Com relação à editoração de textos no aplicativo Write (LibreOffice), para abrir a caixa de diálogo de modelos de documentos, usa-se a combinação de teclas:

- A) CTRL+SHIFT+F.  
B) CTRL+SHIFT+M.

- C) CTRL+SHIFT+J.  
D) CTRL+SHIFT+N.

**Questão 20**

A computação em nuvem pode oferecer três modelos de serviços. O modelo de serviço oferecido ao usuário em que se disponibiliza um conjunto de recursos computacionais fundamentais, como, por exemplo, capacidade de processamento, armazenamento e redes, sobre os quais pode ser instalado e executado qualquer tipo de software, incluindo sistemas operacionais e aplicações, é conhecido como:

- A) Nuvem Privada.  
B) SaaS.  
C) PaaS.  
D) IaaS.



**LEGISLAÇÃO**

**Questão 21**

Em atenção aos dispositivos previstos na Lei Estadual n.º 6.813/2006 e suas alterações, que dispõe sobre a estruturação do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de cargos em comissão no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, e dá outras providências, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I- Fica instituída carreira de suporte às atividades da Procuradoria-Geral do Estado, estruturada em três níveis para os cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado.

II- O acesso ao nível imediatamente superior na carreira dar-se-á através de promoção, obedecidos os critérios de antiguidade, merecimento e competência, alternadamente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e o cumprimento do interstício mínimo de cinco anos no nível em que se encontrar o servidor.

III- Os procedimentos para a promoção serão estabelecidos por decreto regulamentar, observando-se os critérios de eficiência, frequência, organização, responsabilidade, disciplina e aproveitamento nos cursos de capacitação profissional.

IV- O provimento dos cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado far-se-á no nível inicial da carreira, mediante nomeação dos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, a ser realizado pela Secretaria Executiva de Estado de Administração.

- A) Os itens I e II estão corretos.  
B) Os itens II e III estão corretos.  
C) Os itens I, II e IV estão corretos.  
D) Os itens I, III e IV estão corretos.

**Questão 22**

De acordo com a Lei Estadual n. 5.810/94 e suas alterações que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, pode-se afirmar que ao servidor serão concedidas as seguintes gratificações, exceto:

- A) pela prestação de serviço extraordinário.  
B) pela docência, em atividade externa profissional.  
C) pela participação em comissão, ou grupo especial de trabalho.  
D) pela elaboração de trabalho técnico, científico ou de utilidade para o serviço público.

Utilize os dispositivos do Decreto n. 1.395/2021 que homologou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado para responder as questões 23, 24, 25 e 26 a seguir:

Questão 23

Ao Núcleo de Planejamento (NUPLAN), diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 23, compete:

- I- responder pelo planejamento estratégico do órgão.
- II- observar e fazer observar as diretrizes estabelecidas nos programas, planos e ações do Poder Executivo Estadual.
- III- assessorar o Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos em assuntos que lhe forem atribuídos, especialmente no planejamento e em ações relacionadas a programas e projetos de interesse da Procuradoria-Geral.
- IV- executar outras atribuições correlatas conferidas por lei, regulamento ou por designação do Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) os itens I, II, III e IV.

Questão 24

As atribuições da Central de Cálculos - CECALC serão desempenhadas por servidores designados para atuar na unidade, aos quais caberá elaborar cálculos e laudos contábeis solicitados e prestar os esclarecimentos necessários à área requisitante, observado o prazo estabelecido em norma interna ou aplicável ao caso concreto. Sobre o assunto, apenas não se pode afirmar:

- A) O Procurador-Geral não poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos judiciais oriundos das Procuradorias Especializadas.
- B) O Procurador-Geral do Estado poderá designar um Procurador do Estado ou servidor da Procuradoria-Geral do Estado para exercer as atribuições de chefia da CECALC.
- C) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no recebimento e controle de demandas contábeis oriundas de entidades da Administração Indireta do Estado.
- D) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos administrativos oriundos das Procuradorias Especializadas e outras unidades do órgão.

Questão 25

Para cumprir sua finalidade institucional, a Procuradoria Geral conta, nos termos do art. 10, com a seguinte estrutura organizacional:

- I- GOVERNANÇA SUPERIOR ESTRATÉGICA.
- II- ASSESSORAMENTO SUPERIOR ESTRATÉGICO.
- III- GOVERNANÇA SUPERIOR COLEGIADA.
- IV- ASSESSORAMENTO SUPERIOR COLEGIADO.
- V- GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VI- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VII- GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- VIII- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- IX- GESTÃO OPERACIONAL.

Após a análise dos itens, pode-se afirmar:

- A) Apenas os itens II, IV e IX não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.
- B) Apenas os itens I, II, III, VI e VIII fazem parte da estrutura

organizacional da Procuradoria Geral.

C) Todos os itens fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.

D) Os itens I, II, III, IV, V e VI não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.

Questão 26

Nos termos do art. 29, o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, unidade orçamentária criada pela Lei Complementar n.º 041, de 29 de agosto de 2002, cuja receita é composta, entre outras fontes, pelo montante equivalente a 10% (dez por cento) dos valores arrecadados pelos Procuradores do Estado a título de honorários advocatícios, tem por finalidade custear e realizar os seguintes investimentos, exceto:

- A) reaparelhamento do órgão.
- B) aquisição, reforma e readequação de imóveis, instalações físicas, mobiliários, equipamentos e de produtos e serviços de tecnologia da informação.
- C) despesa com contribuição pessoal obrigatória dos Procuradores do Estado.
- D) programas de qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

As questões 27, 28 e 29 devem ser respondidas de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 41/2002 e suas alterações que altera a organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará.

Questão 27

O Centro de Estudos, órgão de assessoramento e informação, subordinado ao Procurador-Geral do Estado, dirigido por um Coordenador nomeado em comissão dentre integrantes da carreira de Procurador do Estado ou servidores do Órgão, terá a seguinte competência, salvo:

- A) Editar, mensalmente, ementário de jurisprudência, de matéria de interesse do Estado.
- B) Elaborar a Revista da Procuradoria-Geral do Estado e outras publicações de interesse do Órgão.
- C) Manter divulgação atualizada, aos Procuradores do Estado, sobre matérias doutrinária, legislativa e jurisprudencial.
- D) Promover a criação de uma escola autorizada pelo Ministério da Educação a realizar diretamente cursos de pós-graduação *lato sensu* que visem ao aprimoramento intelectual e profissional dos Procuradores do Estado.

Questão 28

Sobre as Diretorias Administrativas previstas no art. 18, apenas não se pode afirmar:

- A) São órgãos de gerência diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado.
- B) As Diretorias Administrativas, Coordenadorias e Gerências serão exercidas por servidores nomeados em comissão.
- C) Integram as Diretorias Administrativas as Coordenadorias responsáveis pelos serviços relacionados às áreas de atuação da atividade-meio da Procuradoria-Geral do Estado, conforme definido em regulamento.
- D) Tem como competência administrar as atividades administrativas, financeiras, orçamentárias, contábeis, de recursos humanos, contratos, serviços, patrimônio, planejamento, informática, gestão documental e demais atividades necessárias ao desempenho das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, na forma especificada em Lei Complementar.

Questão 29

Conforme o estabelecido nos artigos 1º e 2º sobre a Procuradoria-Geral do Estado, apenas não se pode afirmar:

- A) A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico do Estado do Pará.
- B) Zelar pela constitucionalidade dos atos da Administração Pública e pela observância dos princípios constitucionais, éticos e morais a ela aplicáveis compete à Procuradoria-Geral do Estado.
- C) Compete à Procuradoria-Geral do Estado representar sobre inconstitucionalidade de leis, seja propondo a medida ao Governador do Estado ou em cumprimento de determinação deste.
- D) Expedir, por deliberação do Procurador-Geral, orientações jurídicas em questões de relevante interesse público aos órgãos estaduais e entidades da administração indireta, que vinculam a administração Pública Estadual também é competência da Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 30

De acordo com o art. 6º da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e suas alterações, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios, exceto:

- A) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- B) segurança: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- C) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- D) transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.



NOÇÕES DE DIREITO

Com base nas Noções de Direito Constitucional, responda as questões 31 e 32 a seguir:

Questão 31

Análise as alternativas seguintes e marque a única dissonante às Noções de Direito Constitucional.

- A) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- B) Assegurar a todos o acesso à informação e resguardar o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, é um dos direitos e garantias fundamentais.
- C) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- D) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a garantia do desenvolvimento nacional.

Questão 32

Nos termos do art. 19 da Constituição da República Federativa do Brasil, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
  - II- recusar fé aos documentos públicos;
  - III- criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- Após a análise das afirmativas, pode-se afirmar que:
- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - B) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - C) a afirmativa I está correta.
  - D) a afirmativa II está errada.

Questão 33

Em alusão aos preceitos constitucionais sobre a Administração Pública, apenas não se pode afirmar:

- A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível.
- B) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 34

Sobre o impedimento do servidor ou autoridade em atuar em processo administrativo, conforme preceitua a Lei Ordinária n.º 8.972/2020 e suas alterações que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, analise os itens a seguir e marque a alternativa correta:

- I- A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
  - II- A comunicação do impedimento constitui falta grave para efeitos disciplinares.
  - III- É impedido de atuar em processo administrativo, sem prejuízo de outras hipóteses, o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- A) Apenas o item I está correto.
  - B) Apenas o item II está errado.
  - C) Apenas os itens I e II estão corretos.
  - D) Todos os itens estão corretos.

Questão 35

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve seguir aos seguintes preceitos constitucionais, exceto:

- A) respeito aos princípios da moralidade, publicidade e eficiência.
- B) obediência aos princípios de legalidade e impessoalidade.

C) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública.

D) realizar licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam formas de pagamento, podendo modificar as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica dispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**Questão 36**

As normas fundamentais de processo civil trazidas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil) estabelecem o seguinte:

I- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, antes do início do processo judicial.

II- O princípio da cooperação estabelece que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

III- Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

IV- Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

Após a análise dos itens, marque a única alternativa correta:

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens III e IV estão errados.
- C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

**Questão 37**

A Lei n.º 13.140/2015 (Lei da Mediação) trata da Autocomposição de Conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para realizar algumas atividades, exceto:

- A) se houver consenso entre as partes, reduzir o acordo a termo que constituirá título executivo judicial.
- B) dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública.
- C) promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- D) avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público.

**Questão 38**

Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos. Sobre o assunto, leia as alternativas a seguir e marque a única em dissonância ao texto constitucional:

- A) O imposto sobre transmissão causa mortis e doação relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da transmissão ou da doação do bem, ou ao Distrito Federal.
- B) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

C) Terá competência para sua instituição regulada por lei complementar se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

D) Se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior, a competência para sua instituição será regulada por lei complementar.

**Questão 39**

Nos termos do art. 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, a União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma, exceto:

- A) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- B) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.
- C) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada à Amazônia a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.
- D) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

**Questão 40**

Leia as assertivas sobre direitos humanos e marque a alternativa correta de acordo com o texto constitucional.

I- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.

II- Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.

III- Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Estadual.

- A) A assertiva I está correta.
- B) A assertiva II está correta.
- C) A assertiva III está correta.
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 41**

A NBC PG 01 – Código de ética do Profissional do Contador tem como objetivo fixar a conduta do Contador quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. De acordo com este instrumento normativo, é considerado um dever do Contador:

- A) informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros.
- B) assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.

- C) publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado.  
D) concorrer, no exercício da profissão, para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la, quando da execução dos serviços para os quais foi expressamente contratado.

Questão 42

Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, qual característica qualitativa as informações devem ter para que possibilitem aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos?

- A) Compreensibilidade.  
B) Tempestividade.  
C) Comparabilidade.  
D) Verificabilidade.

Questão 43

Júlia, profissional da Contabilidade, utiliza suas redes sociais para divulgar seus conhecimentos sobre Contabilidade e comentar, negativamente, sobre alguns serviços prestados por escritórios da cidade em que mora. No entanto, a profissional está preocupada, pois alguns colegas de profissão estão alegando que tal postura está em desacordo com o Código de ética do Contador. Diante do fato narrado, assinale a alternativa correta nos termos do que estabelece a NBC PG 01:

- A) A conduta de Júlia é correta, porque é permitido ao Contador a publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, sendo, inclusive, permitida a prática da mercantilização de suas atividades.  
B) A conduta de Júlia é correta, porque é permitida a publicidade dos serviços contábeis quando estes forem de caráter informativo.  
C) Júlia deve preocupar-se, porque é vedado ao Contador efetuar ações publicitárias ou manifestações que denigam a reputação da ciência contábil, da profissão ou dos colegas.  
D) Júlia atua de acordo com a norma, já que é permitido fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferece, sua capacitação ou sobre a experiência que possui.

Questão 44

O Governo do Estado do Pará apresentou em 2020 o total de R\$ 11,331 bilhões em despesas com pessoal consolidadas, o que corresponde a 47,28% da Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 23,964 bilhões. Nos termos da Lei Complementar n. 101/2000, assinale a alternativa que apresenta o percentual correto que o Governo do Estado não pode exceder (limite máximo) em relação a receita corrente líquida.

- A) 40%.  
B) 50%.  
C) 60%.  
D) 70%.

Questão 45

Qual princípio orçamentário determina que a Lei orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público?

- A) Legalidade.  
B) Universalidade.  
C) Publicidade.  
D) Exclusividade.

Questão 46

Qual etapa da receita orçamentária corresponde ao ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta?

- A) Previsão.  
B) Lançamento.  
C) Arrecadação.  
D) Recolhimento.

Questão 47

Segundo a sua natureza, a despesa orçamentária pode ser classificada em: Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Elemento de Despesa. Sobre este assunto, analise as afirmações a seguir:

- I- A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas, sendo elas despesas correntes e despesas de capital.  
II- O Grupo de Natureza da Despesa é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, por exemplo, pessoal e encargos sociais.  
III- O Elemento de Despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, por exemplo, vencimentos e vantagens fixas.

- A) Apenas a afirmação I está correta.  
B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.  
C) As afirmações I, II e III estão corretas.  
D) As afirmações I e III estão incorretas.

Questão 48

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, no processo de aquisição de bens ou serviços por parte do ente da Federação, é necessário observar alguns passos para que se possa proceder à adequada classificação quanto à natureza de despesa orçamentária e garantir que a informação contábil seja fidedigna. Um destes passos é identificar se o registro do fato é de caráter orçamentário ou extraorçamentário. Encontre a alternativa que apresenta um exemplo de fato orçamentário.

- A) Serviços de terceiros.  
B) Devolução dos valores de terceiros.  
C) Recolhimento de Consignações.  
D) Pagamentos de Salário-Família.

Questão 49

Um determinado profissional contábil, que atua na área pública, recebe uma documentação para registro de um fato de caráter orçamentário e identifica que deve utilizar o elemento da despesa "Equipamentos e material permanente". Qual deve ser o grupo de Natureza de Despesa a ele correspondente?

- A) Juros e Encargos da Dívida.  
B) Outras Despesas Correntes.  
C) Investimentos.  
D) Amortização da Dívida.

Questão 50

Empenho, segundo a Lei n.º 4.320/64 e alterações, representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. De acordo com a classificação dos empenhos, analise as afirmações a seguir.

- I- Empenho Ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.



II- Empenho Estimativo é utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

III- Empenho Global é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) As afirmações I, II e III estão corretas.

**Questão 51**

No ano de 2020, um ente público obteve:

- Recebimentos de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00
- Empenhos de despesas no valor de R\$ 900,00
- Liquidação de despesas que foram empenhadas no ano no valor de R\$ 700,00

Diante dos dados apresentados e considerando apenas essas informações, assinale a alternativa correta em relação aos restos a pagar que ficarão para o próximo ano.

- A) Considerando apenas as informações do ano de 2020, o ente não teve restos a pagar.
- B) Considerando apenas as informações do ano de 2020, o ente apresentou restos a pagar total no valor de R\$100,00.
- C) Considerando apenas as informações do ano de 2020, o ente apresentou restos a pagar processados no valor de R\$700,00.
- D) Considerando apenas as informações do ano 2020, o ente apresentou restos a pagar não processados no valor de R\$300,00.

**Questão 52**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Assinale a alternativa que apresenta exemplo de variação patrimonial aumentativa.

- A) Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
- B) Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
- C) Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
- D) No recebimento efetivo de doações e subvenções.

**Questão 53**

A demonstração contábil que, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação é o(a):

- A) Balanço Orçamentário.
- B) Balanço Financeiro.
- C) Balanço Patrimonial.
- D) Demonstração das Variações Patrimoniais.

**Questão 54**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição apresenta, considerando as disposições legais e aquelas contidas na NBC TSP 11, o conjunto completo de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Assinale a alternativa que não representa uma demonstração que faça parte desse conjunto.

- A) Balanço Patrimonial.
- B) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- D) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

**Questão 55**

O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Em relação aos lançamentos contábeis, assinale a alternativa correta.

- A) Lançamentos de natureza patrimonial: apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.
- B) Lançamentos de natureza de controle: apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6.
- C) Lançamentos de natureza orçamentária: apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.
- D) Lançamentos de natureza financeira: apenas debitam e creditam contas das classes 9 e 10.

**Questão 56**

Qual é o grupo de Natureza da Despesa que representa as Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo?

- A) Juros e encargos da Dívida.
- B) Investimentos.
- C) Inversões Financeiras.
- D) Amortização da Dívida.

**Questão 57**

Qual é o elemento das Demonstrações Contábeis definido, na NBC TSP – Estrutura Conceitual, como um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado?

- A) Ativo.
- B) Passivo.
- C) Receita.
- D) Despesa.

**Questão 58**

Um dos elementos existentes no Quadro Principal do Balanço Orçamentário demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. Seu nome é:

- A) Superávit.
- B) Lucro.
- C) Prejuízo.
- D) Déficit.

**Questão 59**

Qual mecanismo permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa?

- A) Fonte de Recursos.
- B) Programa.
- C) Ação.
- D) Atividade.

**Questão 60**

Qual grupo de natureza de despesa mantém correlação com as despesas correntes?

- A) Juros e Encargos da Dívida.
- B) Investimentos.
- C) Inversões Financeiras.
- D) Amortização da Dívida.



Leia, com atenção, os textos:

**TEXTO 01**

"A Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural." (Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm))

**TEXTO 02**

"De compras on-line a redes sociais, de hospitais a bancos, de escolas a teatros, de hotéis a órgãos públicos, da publicidade à tecnologia: pode ter certeza, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) afeta diferentes setores e serviços, e a todos nós brasileiros e brasileiros, seja no papel de indivíduo, empresa ou governo." (Fonte: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/a-lgpd/o-que-muda-com-a-lgpd>)

**TEXTO 03**

"Um dos deveres do Contador, segundo o Código de Ética Profissional do Contador é guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade." (Fonte: <https://www.crcdf.org.br/portal/wp-content/uploads/2021/06/NBCPG01-NOVO-CODIGO-DE-ETICA-2019.pdf>)

Com base nas informações anteriormente apresentadas, redija um texto dissertativo, de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas, que correlacione a atuação profissional do Contador às normas da LGPD e ao Código de Ética Profissional do Contador na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de um órgão público.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19



**PROVA DISCURSIVA**

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

